

PRIMEIRA MÃO

COVID-19

Ameaça de recessão global ganha força devido ao coronavírus

Abrandamento do crescimento da economia global já é dado como certo, mas analistas não descartam a possibilidade de uma recessão. Em Portugal, exportações e consumo serão penalizados.

ÂNIA ATAÍDE

ataide@jornaleconomico.pt

"Provavelmente o vírus causará mais danos à economia do que à saúde pública". É desta forma que Paulo Rosa, economista sénior do Banco Carregosa, retrata o impacto da propagação da pandemia do Covid-19, que volta a trazer a ameaça de uma recessão mundial, à qual Portugal não passaria ao lado, segundo os analistas consultados pelo Jornal Económico.

Com alguns países a meio gás para tentar conter o vírus, as empresas sofrem os primeiros efeitos nas cadeias de abastecimento e distribuição e o consumo e as exportações estão no horizonte dos próximos afetados. Paralelamente, os bancos centrais tomam medidas para mitigar os efeitos nefastos, enquanto os governos prometem agir – adiando para já as contas sobre o impacto nas contas públicas.

"Há uma semana isso [uma recessão mundial] era apenas um risco. Agora parece ser uma certeza. A evolução concreta da pandemia à escala global irá determinar o essencial do choque económico deste ano", antecipou Jorge Borges Assunção, professor da Universidade Católica.

Também Pedro Brinca, professor da Nova SBE, sustenta que "se as medidas de contenção que foram necessárias na China tiverem de ser implementadas na generalidade da comunidade internacional, o cenário de recessão global será difícil de evitar".

"Comparando com 2008, apesar de existir um quadro institucional de políticas económicas hoje muito mais robusto, não existe grande espaço orçamental", diz o economista, apontando o elevado endividamento dos países europeus e o aumento para o triplo da dívida norte-americana registada na altura, a que acresce a pouca margem dos bancos centrais quanto à política monetária convencional.

A duração da pandemia e a capacidade dos países a conterem continua a ser a principal incerteza, mas a economista-chefe do BPI, Paula Carvalho, sublinha ser "possível que na zona euro ocorra um período de recessão técnica, sendo que no conjunto do ano poderá implicar entre 0,5 e 1 pontos percentuais de redução do crescimento, o que levaria praticamente à estagnação durante o ano".

À medida que o coronavírus se alastra, propagam-se as revisões



PEDRO BRINCA
Professor da Nova SBE



JORGE BORGES ASSUNÇÃO
Professor da Universidade Católica



PAULA CARVALHO
Economista-chefe do BPI

em baixa das perspetivas das empresas e a consequente penalização dos mercados acionistas", explica o economista-chefe do Banco Carregosa. Paulo Rosa destaca que Itália era o país que concentrava mais atenção, mas "os elos mais fracos da zona do euro multiplicam-se".

"Os holofotes já não estão confinados apenas a Itália, que está em quarentena geral. Espanha está caminho de uma 'italianização' do que concerne ao Covid-19. A disseminação do coronavírus pode levar a fraco crescimento da Europa a uma estagnação económica", justifica. Neste contexto, "a cada dia que passa cresce a probabilidade de se entrar em recessão".

O economista recorda que a União Europeia pesa 21% da economia mundial, enquanto os Estados Unidos contribuem com 25% para o PIB global, mas também já começam a sofrer os primeiros impactos, que deverão refletir-se sobretudo nos resultados trimestrais das empresas em abril e nos números macroeconómicos referentes a março. "A China pesa 16%, cuja economia foi a mais penalizada apesar de já ter atingido o ponto de inflexão e estar já numa fase de recuperação económica. Estas três geografias representam cerca de dois terços da economia mundial que está a ser seriamente impactada por este surto viral", justifica.

Ainda assim, apesar de sublinhar que subsistem demasiadas incógnitas, para Paula Carvalho este deverá ser "um choque temporário e significativo no primeiro semestre", seguido de uma recuperação gradual. "Os impactos serão diferenciados, consoante os setores, sendo os mais afetados os relacionados com o turismo, incluindo o setor dos transportes".

Turismo e Consumo serão vítimas em Portugal

Apesar de alertarem para a dificuldade de antecipar, nesta altura, qual será o impacto para Portugal, os analistas consultados pelo Jour-

nal Económico admitem o abrandamento do crescimento.

"Dependendo das medidas de contenção que forem implementadas, o impacto na economia pode ser devastador", alerta Pedro Brinca.

Rui Constantino, economista-chefe do Santander em Portugal, antecipa ser de "de esperar uma revisão das metas do Governo para o PIB". "A revisão pela OCDE, com um impacto adverso de 0,3 pontos percentuais no cenário para 2020 é um ponto de partida. Neste cenário, Portugal poderia crescer cerca de 1,2%. Mas a incerteza e os riscos são ainda elevados", explica. E exemplifica que em termos de impacto nas exportações e no turismo, poderá afetar os fluxos comerciais, através da integração das cadeias de valor e das componentes importadas da China, num primeiro momento, e com os demais parceiros, num segundo momento.

Paulo Rosa sublinha que "o setor do turismo é, talvez, o mais prejudicado no curto-prazo". Mas adverte que "todos os setores serão impactados negativamente devido às interações entre os vários setores de atividade".

"Imaginemos empresas que precisam de matérias-primas que venham do Norte de Itália, como vernizes para as fábricas de móveis. Quando acabarem os stocks, essas empresas param. As empresas cujo trabalho seja possível através de casa serão menos penalizadas do que as fábricas e supermercados, que precisam da presença física dos colaboradores", frisa o economista sénior do Banco Carregosa.

Além das exportações, uma das outras vítimas será a procura interna. "Também o consumo das famílias e investimento serão afetados, pois maior incerteza e interrupção de atividades induzirão quedas ou forte abrandamento nestas variáveis", aponta Paula Carvalho, economista-chefe do BPI. ●



Cedente: Nuno/EPA via Luz

ECONOMIA GLOBAL

Maior peso da China aumenta complexidade

Vírus pode custar, apenas

ÂNIA ATAÍDE

ataide@jornaleconomico.pt

O impacto a nível global apenas pelo impacto direto na economia chinesa do Covid-19 poderá chegar a cerca de 1% ou mais do PIB mundial, superior ao que foi sentido devido à Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAS). A estimativa é de Pedro Brinca, economista e professor da Nova SBE, que sublinha que nem a China é hoje o que era em 2003, marco da pandemia do SRAS, nem o Covid-19 tem as mesmas características. "Para prever o impacto de uma

pelo impacto na economia chinesa, 1% ou mais do crescimento do PIB mundial.

pandemia, tipicamente olhamos para outras pandemias passadas para ter uma ideia do impacto do que pode suceder. Em 2002/2003, a pandemia do SARS também originou na mesma região do globo e custou entre 0,5 e 1% de crescimento no PIB da China. O impacto em termos dos mercados internacionais foi relativamente negligenciável", explica ao Jornal Económico.

Pedro Brinca sustenta que a principal diferença reside no peso que o gigante asiático assumiu no Mundo. "A China desde 2003 quadruplicou o PIB. É hoje o maior exportador mundial e segundo maior importador. Para se ter ideia

do peso que tem na atividade económica a nível mundial, em 2019 foi responsável por 39% do crescimento económico global. Isto mostra que o grau de exposição da comunidade internacional é hoje muitíssimo superior e o mesmo choque que aconteceu em 2003, se fosse hoje, teria repercussões muito mais profundas", justifica.

O grau de integração das cadeias de valor é atualmente mais complexo. "Com o pico das medidas de contenção na China a observam-se a meio de fevereiro, é de esperar que a repercussão maior ainda venha a ser sentida nas próximas duas semanas. Isto porque

por uma questão de competitividade e controlo de custos, a maior parte das empresas têm hoje stocks para períodos relativamente curtos – entre três a quatro semanas".

Pedro Brinca realça que o facto de o Covid-19 poder ser transmitido de quase a partir do momento em que é adquirido; de ter um longo período de incubação; e de ser quase assintomático nas faixas etárias mais jovens, "tornando-os agentes transmissores silenciosos da doença", faz com que, apesar de a taxa de letalidade ser inferior à da SARS (cerca de 3,4% contra 10%), os impactos económicos sejam muito superiores. ●

PROJEÇÃO

Perdas dos hotéis perto dos 900 milhões

Estimativa atual da AHP - Associação da Hotelaria de Portugal parte do princípio que a partir de julho a atividade poderá recuperar até ao fim do ano.

NUNO MIGUEL SILVA

nmsilva@jornaleconomico.pt

Um rombo de cerca de 900 milhões de euros nas receitas no final deste ano. É este o impacto negativo que a AHP - Associação da Hotelaria de Portugal projeta para o conjunto do setor hoteleiro em Portugal no presente ano em função do impacto do coronavírus (Covid-19) na atividade económica em geral, e turística em particular. E a realidade poderá ser ainda mais nefasta, uma vez que esta projeção, divulgada ontem pelos responsáveis da AHP, prevê uma quebra de receitas na casa dos 50% no período entre março e junho - um total de quatro meses, mais ou menos o que foi necessário para atenuar o impacto do vírus onde este surgiu pela primeira vez, na China - mas assenta também numa recuperação de julho em diante, até ao final de 2020. Se a propagação do vírus for para lá de julho, com menos tempo para a retoma, as perdas serão mais pesadas.

Uma coisa é certa: 2020 vai interromper um ciclo de dez anos consecutivos com o turismo e a hotelaria nacionais a subir, em dormidas e em receitas. E mesmo com o coronavírus a alastrar do outro lado do mundo, os primeiros dois meses do setor em Portugal "foram muito bons, com as receitas a crescer bem face a 2019", como assegurou ontem Raul Martins, presidente da AHP. Mas março trouxe nuvens mais escuras e deixou claro que o ano turístico em Portugal vai ser de retrocesso, com a queda potencial a aproximar-se perigosamente do seu nível mais baixo, ocorrido em 2009, após a crise dos mercados financeiros iniciada no ano precedente. Nesse ano, a queda do setor a nível global foi de 4%. Depois de previsões iniciais da OMT - Organização Mundial do Turismo e da OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico a apontar para crescimentos entre 3% e 4% para este ano, as revisões em baixa já apontam para a realidade inversa, um decréscimo entre 2% e 3%, com tendência para piorar. Ainda não há muito tempo, a Secretaria de Estado do Turismo previa em Portugal um crescimento do setor do turismo na ordem

dos 5% a 7% face a 2019. Uma miragem que se esfumou em poucas semanas, ou como sintetizou a presidente da direção executiva da AHP, Cristina Siza Vieira, "um travão a fundo" e "uma verdadeira pandemia económica".

Em 2019, registaram-se 70 milhões de dormidas turísticas em Portugal, 58 milhões verificadas no setor da hotelaria (hotéis, pousadas, etc.). A projeção da AHP parte de um cenário flat, sem subida das dormidas face ao ano passado. Nos quatro meses em análise - de março a junho - o número de dormidas na hotelaria em Portugal seria, assim, de 14,6 milhões. As receitas turísticas em 2019 atingiram cerca de 18,5 mil milhões de euros, dos quais as receitas da hotelaria (TRevap, Total Revenue per available room, ou seja, a receita total dos hotéis, dividida pelo número de quartos disponíveis), foi de cerca de 4,5 mil milhões de euros, cerca de 25% do total das receitas turísticas. "Se a situação de inversão do coronavírus ocorrer a partir de junho, como prevemos, chegaremos ao final do ano com menos 20% de receitas face a 2019, o que quer dizer que a hotelaria em Portugal vai ter situações de crise de tesouraria para poder garantir aos empregados a remuneração que lhe é devida. Com menos 20% de receitas, estaremos no *borderline*, no *break-even*", assinalou Raul Martins. Vinte por cento dos referidos 4,5 mil milhões de receitas em 2019 equivalem a cerca de 900 milhões, embora a AHP tenha traçado dois cenários em que os cancelamentos das reservas oscilem entre 30% e 50% face a 2019, repercutindo-se em perdas entre 500 e 800 milhões, respetivamente.

Para fazer face à situação, o presidente da AHP solicitou apoio do Governo para prolongar o banco de horas a partir de 31 de outubro e continuar a apoiar a flexibilização do *lay-off*, assim como o estabelecimento de acordos com os sindicatos e com os trabalhadores para antecipação de férias e negociação de períodos de trabalho em tempos diferenciados. O presidente da AHP assumiu também que os trabalhadores eventuais, bastante utilizados na indústria hoteleira nacional, na ordem dos 30 mil, deverão ser os primeiros sacrificados desta situação imprevisível. ●